

Stefan Melnik

LIBERDADE E PROPRIEDADE

Instituto Friedrich Naumann

São Paulo - Brasil - 2009

Editor responsável: Rainer Erkens
Tradução: Henrique Sartori
Capa e diagramação: Beate Forbriger

Liberdade e propriedade / Stefan Melnik -
São Paulo: Instituto Friedrich Naumann, dezembro 2009, 38 p.

ISBN 978-85-61954-05-5

Todos os direitos reservados ao

Instituto Friedrich Naumann
Rua Arandú, 1544 - Ed. Itaverá, cj.91/92
04562-031 São Paulo - SP / Brasil
Tel.: +55 11 5505-5740
Fax: +55 11 5506-6909

E-mail: naumann@ffn-brasil.org.br
Site no Brasil: <http://www.ffn-brasil.org.br>
Site na Alemanha: <http://www.freiheit.org>

Impresso no Brasil, Dezembro 2009

Índice

Introdução	5
O que é propriedade?	8
Foco liberal na propriedade privada	11
Propriedade privada como um motor de desenvolvimento econômico	12
Argumentos práticos sobre propriedade privada contra o seu desmantelamento	18
Propriedade privada e sua importância para uma visão liberal de sociedade	23
Propriedade e liberdade	25
Propriedade e direitos	26
Propriedade, sociedade e Estado	28
Propriedade e paz	29
Propriedade e estado de direito.....	30
Propriedade e democracia liberal	31
Propriedade e economia	32
Um sistema sem propriedade privada não pode funcionar	34
Bibliografia básica sobre propriedade	38

Introdução

Propriedade é uma palavra que as pessoas associam freqüentemente com riqueza, algo que é importante para aqueles que estão em melhores condições do que a maioria. Propriedade é freqüentemente associada ao capitalismo – e é vista como um dos frutos amargos da exploração. Muitos perguntam se os indivíduos deveriam ter direito de possuir grandes porções de terra, minas, lagos, florestas e bancos. Muitos formadores de opinião consideram que a propriedade é uma preocupação materialista e pensam que nós deveríamos nos interessar mais pelo doar e pela compaixão.

As políticas são freqüentemente dirigidas por uma atitude negativa para com a propriedade. É ruim ter grandes disparidades de riqueza. Deve haver algo de errado com o sistema se as pessoas são capazes de acumular grande quantidade de riqueza. Há certas coisas que certamente pertencem a todos ou à nação – e não aos indivíduos. Realmente, a propriedade é um incomodo e desajeitado obstáculo na tentativa de implementar projetos que são destinados ao benefício da comunidade ou sociedade. Os políticos freqüentemente não possuem remorsos em regular ou impor condições à propriedade, taxando-a excessivamente ou desapropriando-a em prol do bem comum.

Há uma longa tradição atrás destas atitudes que permeiam o século XIX.

Pierre-Joseph Proudhon, polemicamente, alegou que a propriedade é um roubo. Karl Marx e Friedrich Engels em "O Manifesto Comunista", propuseram abolir propriedade privada.

A atitude negativa para com a propriedade não só é uma tradição da esquerda, mas também é compartilhada com representantes de outras grandes correntes políticas.

O líder protestante e economista político norte-americano, do final do século XIX, Sr. Henry George – um crítico do Marxismo por causa de suas tendências ditatoriais – fez campanha para tornar a terra uma "propriedade comum", assimilando os métodos pelos quais as "famílias pioneiras" da América obtiveram a riqueza em comparação com os ladrões.

Muitos políticos liberais, ao redor do mundo de língua inglesa, consideraram suas idéias uma inspiração. Finalmente, nós deveríamos nos lembrar que, alguns grandes pensadores liberais, eram apáticos sobre as virtudes de proteger a propriedade.

John Stuart Mill queria ver limites sobre o montante que as pessoas poderiam herdar e sobre a propriedade fundiária, quando esta propriedade não conduzia a uma melhoria. Ele representa uma escola de (esquerda) no liberalismo que subordina o direito a propriedade a uma distribuição equitativa de riqueza.

Na segunda metade do século XX, John Rawls, muitas vezes considerado um filósofo liberal, se preocupou um pouco mais com este tema, rejeitando um pensamento sobre distribuição de riqueza e do rendimento determinado, em face à distribuição natural de habilidades e talentos.

Evidentemente poucos foram tão cuidadosos quanto Proudhon em comparação a outros filósofos-políticos e economistas no que tange à distinção entre propriedade e posse. Para a maioria dos formadores de opinião, acadêmicos e artistas as duas condições eram permutáveis.

A aquisição de propriedade era não mais do que um aspecto de domínio, uma característica humana desagradável. Bertrand Russell proferiu a famosa expressão que "a preocupação de possuir coisas é o que mais impede as pessoas de viverem livres e nobremente, mais do que qualquer outro fator".

O psicanalista Erich Fromm exaltou as virtudes de ser em lugar de ter.

A canção de John Lennon "*Imagine*", é uma expressão popular dos mesmos sentimentos: "Imagine nenhuma posse... Imagine todas as pessoas compartilhando todo o mundo...".

Outro exemplo da disseminação de atitudes negativas na cultura popular é a série de ficção científica "*Star Trek*" e outras séries parecidas que idealizavam uma vida sem propriedade: "sociedades primitivas usam dinheiro".

Tais idéias causaram muita confusão na opinião pública – as quais, dada à falta de educação básica e o desconhecimento de conceitos jurídicos e econômicos – são facilmente aceitas.

Tais idéias tiveram e continuam tendo um efeito profundo no mundo político. Países comunistas coletivizaram a economia e aboliram a propriedade privada, como todos já sabem. Havia espaço para "posses" privadas limitadas e nada mais. Esta situação não foi limitada somente às variantes extremas do socialismo.

Até meados do século XX, era possível em alguns importantes países não-comunistas, ignorar o direito a propriedade como um direito do homem. Assim a versão original da *Declaração Européia dos Direitos Humanos* não incluiu o direito de propriedade.

As constituições de democracias como a Índia e Sri Lanka também não incluíram este direito.

A redistribuição volumosa deste direito tornou-se um objetivo das políticas ao longo do ocidente. A expropriação dos vivos e dos mortos feita pelo Estado quase nunca era considerada como um roubo, contanto que alguma dignidade fosse respeitada. As razões para aplicar o direito de propriedade tinham que ser plausíveis e nem todos alcançavam os requisitos.

Muitas constituições – como, por exemplo, na América Latina, ainda não permitem a propriedade privada sobre recursos naturais.

Algumas correções foram feitas ao longo do processo de reconhecimento do direito de propriedade. Os prós e contras no caso da redistribuição das terras e no confisco por parte do Estado estão sendo discutidos mais seriamente. Alguns países como a Áustria e a Suécia se tornaram mais "amigos da propriedade." Significativamente, a Revolução de Veludo, que ocorreu durante os anos de 1989/90, conduziu a uma reversão completa de políticas comunistas anteriores.

Políticos na Europa Central e do Leste e em países da Ásia Oriental como China e Vietnã reconhecem hoje a importância de garantir os direitos de propriedade e de ter legislado e incentivado a privatização.

Apesar destes novos avanços ainda encontramos ceticismo – até mesmo entre os liberais. É possível ainda hoje – no Reino Unido – publicar um dicionário de pensamento liberal sem referência à propriedade.¹

1. Duncan Brack e Ed Randall (eds), *Dictionary of Liberal Thought*, London: Politico's Publishing, 2007.

As atitudes estão mudando – porém, lentamente. Para muitos, a propriedade ainda é uma execração e, apesar de suas vantagens no mundo real, é considerada um recurso básico para aflorar os sentimentos. Esta é uma tradição segura? Ainda é bom pensar dessa forma? Por que a propriedade, como um conceito, sobreviveu à crítica? Há algo sobre propriedade que temos negligenciado?

Nas páginas seguintes, vou tentar descrever o ponto de vista liberal convencional sobre a propriedade e mais especificamente, sobre a propriedade privada e tentarei mostrar por que a propriedade é tão importante para a sociedade e para o desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, vou olhar para aquilo o que é propriedade, antes de descrever quais são as vantagens de um sistema político e econômico que protege a propriedade.

O que é propriedade?

Propriedade em um conceito amplo, não significa somente terra e edifícios que poderiam estar em um determinado espaço – como o uso comum do termo sugere. É qualquer coisa que as pessoas possam usar, controlar ou dispor que legalmente as pertença. Propriedade sempre representa posse de algo específico, como uma casa, um negócio, uma poupança, um relógio ou uma patente, que são protegidas pela lei.

Existem, claramente, tipos e categorias diferentes de propriedade (bens). Nós distinguimos entre propriedade **imóvel ou real**, especialmente pela terra, e outras formas de propriedade classificadas como **móvel ou pessoal**. Propriedade imóvel diz respeito a terrenos e melhorias (qualquer coisa que foi acrescentada à terra que aumente seu valor – edifícios, por exemplo).

A distinção entre propriedade imóvel ou real por um lado e propriedade móvel ou pessoal por outro, é um ponto importante. A propriedade imóvel pode ser hipotecada e o credor, pela transação, ganha direitos que podem ser aplicados com relativa facilidade. É muito mais difícil obter um empréstimo com um objeto móvel como garantia (como um carro ou uma televisão), porque um devedor pode remover ou ocultar facilmente o objeto em questão do credor.

Outra distinção está entre propriedade **tangível (corpóreos)** e **intangível (incorpóreos)**. A propriedade tangível inclui coisas como bens imóveis, carros,

mobiliário, vestuários e animais de estimação. Já a propriedade intangível inclui contas bancárias, ações, títulos e propriedade intelectual (ex.: patentes, direitos autorais e marcas registradas). A distinção de ambas também é de grande importância devido à facilidade relativa de afiançar direitos de propriedade para objetos tangíveis ou físicos e as dificuldades freqüentes encontradas para fazer o mesmo para alguns objetos intangíveis. Há um debate feroz entre os liberais sobre se os direitos de propriedade intangível (ex.: propriedade intelectual) devem ser os mesmos que os relativos à propriedade tangível.

Finalmente, outra importante distinção pode ser feita: entre propriedade **produtiva**, o tipo que permite criar mais propriedades, como no caso de terra e capital, e a propriedade **pessoal** que é usada ou consumida. Quando são discutidos os efeitos econômicos de propriedade, nós normalmente queremos dizer propriedade produtiva.

Propriedade, como já foi citada anteriormente, difere de "posse", um termo, freqüentemente e impropriamente usado como sinônimo de propriedade.

Posse refere-se ao controle físico de ativos sem um título formal para eles: é propriedade não protegida por lei. Propriedade informal pode ser entendida neste sentido, como uma posse. A distinção entre propriedade e **posse** (ou propriedade **informal**) é extremamente importante. A propriedade é reconhecida formalmente e protegida através de lei e isto dá para o dono vantagens econômicas importantes o que não se aplica no caso de posse. Isto é algo que Hernando de Soto mostra em sua obra, "*O Mistério do Capital*".

Gostaria de chamar a atenção dos leitores a outras características importantes do conceito de propriedade:

A primeira é por **exclusão**. Direitos e responsabilidades associadas à propriedade só têm um significado real se eles puderem ser atribuídos a determinados indivíduos ou entidades. Você não pode vender ou emprestar algo a alguém, a menos que você tenha o direito para fazê-lo. É impossível determinar quem é o responsável pelo uso de um objeto se você não puder determinar a propriedade daquele objeto com exatidão.

Outra é a impossibilidade de desenhar uma linha entre "auto-propriedade" e a apropriação de objetos materiais e objetos imateriais. O termo engloba tudo aquilo que pertence a uma determinada pessoa, incluindo a vida e a liberdade.

Você só pode ser proprietário se você for livre para sê-lo. Isto também se dá na conotação de propriedade intelectual. Você só pode possuir seus próprios pensamentos e invenções se você é livre para fazê-lo e puder se valer de "direitos" para isto.

Este *continuum* entre auto-propriedade e objetos materiais volta para John Locke e o início do pensamento sistemático sobre a propriedade. John Locke argumentou em 1689 que "todo homem tem direito de propriedade sobre sua própria pessoa. A ela ninguém tem direito algum além dele próprio", antes de proceder à elaboração de outra argumentação: "O trabalho de seu próprio corpo e o trabalho de suas mãos, podemos dizer, pertencem ao indivíduo. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, agregando algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando sua **propriedade**".²

A **documentação** é outro aspecto importante e central da propriedade. Isto é realçado pelo economista peruano Hernando de Soto. A documentação pode ser na forma de um título (no caso de bens imóveis), registro (exemplo, no caso de automóveis), um certificado, uma conta ou um recibo, por exemplo. Todos servem para provar a propriedade. Tal documentação se for cumprir sua função de prova, deve ser transparente e de fácil compreensão e acessível às partes interessadas.

Assim, resumindo, a **propriedade se refere ao direito do dono ou donos, devidamente documentado, formalmente reconhecido pela autoridade pública e protegido por lei, passível de exploração de ativos, seja material ou imaterial, na exclusão de qualquer outra pessoa e a seu dispor para venda ou de outra forma. Consequentemente a propriedade privada só pode ser transferida com o consentimento de seu dono e conforme a lei.**

Quando falamos sobre direitos de propriedade estamos nos referindo ao seguinte:

- a) uso e controle do uso da propriedade;
- b) se beneficiar da propriedade (exemplos: exploração da mineração, pagamentos de aluguel, etc.);
- c) transferir ou vender a propriedade e
- d) excluir outros da propriedade.

2. *Two Treatises of Government*, 1689, ed. por Thomas Hollis (London: A. Millar et al., 1764), livro 2: *Of Civil-Government*, capítulo V, § 27.

Foco liberal na propriedade privada

Liberais enfatizam que propriedade tem de ser sinônimo de propriedade privada. Realmente, quando liberais escrevem sobre propriedade, eles assumem, por muitas vezes, que o termo propriedade consequentemente se refere à propriedade privada e que qualquer outro tipo de propriedade, "estatal", "pública" ou propriedade de "comunidade", é algo completamente diferente.

É importante ressaltar, que a propriedade possa ser atribuída a uma entidade real, não a um termo abstrato. Um indivíduo ou uma empresa (uma pessoa jurídica) são entidades reais. O "público geral" e o "Estado" são abstrações ou, se nós formos mais amáveis, podemos dizer que estas entidades são de outra natureza, uma natureza diferente. É mais difícil atribuir exatos direitos e responsabilidades sobre propriedade a essas entidades.

Os liberais estão sempre atentos aos problemas que surgem quando a propriedade não pode ser determinada de uma forma muito clara.

O economista e político britânico, Samuel Brittan, comenta que quando não há propriedade, como no caso do "espaço aéreo ou o fundo do oceano", não há mercado e com isso, os "exploradores e destruidores podem escapar sem pagar um preço".

Com a propriedade que não é privada, os resultados que derivam de sua utilização são semelhantes: "Quando a comunidade aplica recursos próprios, como por exemplo, em programas de 'Segurança Espacial', a comunidade não se sente dona diretamente e com isso, permite, um enorme desperdício de ativos. Não são os direitos à propriedade, mas sim a ausência deles que é anti-social".

O conceito de propriedade privada, por outro lado, está muito mais claro no sentido de existirem relações diretas entre o dono e o objeto de propriedade e de que o dono é diretamente responsável pela utilização deste objeto.

A definição, demarcação, documentação e proteção legal de propriedade são todas frágeis se não houver uma propriedade privada. Isto tudo, só terá sentido, se a propriedade for possuída por entes privados. Sem a propriedade privada seria

impossível para os seres humanos estabelecer e garantir seus direitos e consequentemente, a sua liberdade. Este é um tema que retomarei mais tarde.

Outra consideração importante para os liberais, é que a propriedade privada, executada vigorosamente, tem atributos importantes que vão além do exclusivo direito de escolha da utilização de um recurso - como o filósofo e economista Armen A. Alchian aponta.

Um deles é o direito exclusivo de se tirar proveito dos recursos da propriedade.

Assim, por exemplo, "o dono de um apartamento com plenos direitos de propriedade sobre o imóvel, tem o direito de decidir se quer alugar e, nesse caso, escolher para quem quer alugá-lo; e ainda, escolher a sua finalidade, se é para viver no imóvel ou utilizá-lo da melhor forma possível... Se o dono alugar o apartamento, ele também tem o direito de receber toda a renda proveniente do aluguel de sua propriedade...".

Outro exemplo é o direito de dispor do recurso da propriedade em condições mutuamente estabelecidas.

"A propriedade privada dá o direito de delegar, alugar ou vender qualquer parte de seus direitos por troca ou doação a qualquer preço em que o proprietário determinar (desde que alguém esteja disposto a pagar por este preço). Se não me permitem comprar alguns direitos de você e a você não é permitido que possa comprar direitos que pertencem a mim, os direitos à propriedade privada estão sendo prejudicados."

Eles são uma parte integrante do direito de propriedade privada e juntos fornecem um enorme número de opções na utilização da propriedade. Restrições em quaisquer destas opções equivalem a uma restrição da propriedade privada.

Propriedade privada como um motor de desenvolvimento econômico

Podemos medir os efeitos de proteção da propriedade privada?

Esta é uma pergunta importante, porque, não há um grande interesse em defender os direitos de propriedade se não puder provar um efeito benéfico para os indivíduos e para a sociedade como um todo.

Existe uma enorme quantidade de evidências dos benefícios da propriedade privada, mas, também temos estudos práticos que demonstram claramente que, se os direitos de propriedade não são reconhecidos, o nível de liberdade econômica e bem-estar são baixos. Dada a experiência dos países comunistas da Europa Central e Oriental e de muitos países em desenvolvimento que possuem regimes autoritários.

No *Índice de Liberdade Econômica*, o fator de "direitos de propriedade",

"... mede o grau das leis de um determinado país, que protegem a propriedade privada e o nível que o governo deste, faz valer essas leis. Também avalia a probabilidade que a propriedade privada possa ser desapropriada e será analisada também, a independência do poder judiciário, a existência de corrupção dentro deste poder e a capacidade de indivíduos e empresas respeitarem contratos. Mensura, o país mais correto para com a proteção legal da propriedade e tabula uma pontuação; contudo, quanto maior forem as chances de expropriação de um governo sobre o direito à propriedade, mais baixa será a posição desse país no índice...".³

O direito de propriedade é um dos dez pontos sobre liberdades econômicas, sendo os outros nove: liberdade empresarial, liberdade de comércio, liberdade fiscal, tamanho do Estado, liberdade monetária, liberdade de investimento, liberdade financeira, liberdade de corrupção e trabalho livre, todos mensurados em pesos iguais.

Mais liberdade econômica anda de mãos dadas com os níveis mais altos de crescimento econômico, com níveis mais altos de desenvolvimento humano e com um nível de desemprego menor, mencionando somente alguns indicadores de desenvolvimento de sucesso.

O nível de proteção à propriedade privada é ao mesmo tempo um bom indicador do nível de liberdade econômica que os cidadãos de um país gozam. Os resultados de 2009 mostram que todos os 15 países mais economicamente livres têm pontuação igual ou superior a 90 (num total de 100) para as respectivas áreas de propriedade.

3. *Index of Economic Freedom* – 2009, Washington: *Heritage Foundation* & New York: *Wall Street Journal*, 2009, p. 449.

No extremo oposto da tabela, os 15 países menos livres que foram avaliados, tem pontuação igual ou menor que 30, 11 deles igual ou menor que 10.⁴ Este é um dado que não surpreende, até mesmo porque, a falta de outras liberdades, na verdade, representa a falta de direito de propriedade. Assim, por exemplo, uma carência na liberdade financeira eleva a restrição de direitos de propriedade.

O *Índice de Liberdade Econômica* registra uma queda acentuada nos dados sobre os direitos de propriedade desde 1995 (ano que foi instituído) e que comprovam a urgência de abordar questões sobre este direito em países em desenvolvimento:

"A grande queda na média de pontuação para o componente de liberdade econômica, que mede os direitos de propriedade e o respeito ao estado de direito é alarmante. A maioria dos países do mundo marca uma pontuação inferior a 50 pontos sobre direitos de propriedade. Os países um pouco melhores se concentram na média de 70 pontos e os melhores marcam em média 90 ou mais pontos. Os 20 países cujas pontuações têm melhorado ao longo da existência do índice, viram seu PIB (Produto Interno Bruto) per capita, crescer quase duas vezes mais rápido, atingindo mais de 3,5 % ao ano, em comparação aos outros países".⁵

O índice da *Liberdade Econômica no Mundo*⁶ produz resultados semelhantes. Os direitos de propriedade são uma das cinco principais áreas que o índice tenta mensurar. Aqui novamente as pontuações correspondem, na maioria das vezes, às pontuações globais de liberdade econômica. Aqueles países com baixas pontuações para a **estrutura jurídica e segurança dos direitos de propriedade** obtiveram posições inferiores com relação à liberdade econômica. Os países com pontuação mais alta eram os mesmos que apareciam com níveis altos de liberdade econômica. Os pesquisadores comentam que:

"A liberdade para negociar... não tem sentido se as pessoas não têm direitos assegurados à propriedade, incluindo os frutos de seu trabalho. Quando os indivíduos e as empresas não têm confiança que os contratos serão cumpridos e o fruto de seus esforços não são protegidos, o incentivo para a produção é mitigado. Talvez mais do que qualquer outra área, o setor produtivo é essencial para a alocação de recursos. Os países com deficiências nesta área não são capazes de prosperar, independentemente de suas políticas em outras áreas".⁷

4. Ibid, pp. 6 & 10.

5. *Index of Economic Freedom* – 2009, p. 21.

6. *Economic Freedom of the World* – 2008: Relatório Anual, Vancouver: *Fraser Institute e Economic Freedom Network*, 2008. Versão digital disponível em: www.freetheworld.com, pp. 185-6.

7. Ibid, p. 6.

Os resultados de 2009 do *Índice Internacional sobre Direitos de Propriedade* (em inglês: IPRI) monitoram os índices mais gerais de liberdade econômica. Compara o desempenho de 115 países que representam 96% do PIB do mundo.

São no total, dez variáveis incluídas no índice, divididas em três áreas temáticas:⁸

- 1) Âmbito legal e político
 - Independência judicial
 - Estabilidade política
 - Estado de direito
 - Controle da corrupção
- 2) Direito de propriedade física
 - Proteção dos direitos de propriedade física
 - Registro de propriedade
 - Acesso ao crédito
- 3) Direitos de propriedade intelectual
 - Proteção dos Direitos da Propriedade Intelectual
 - Proteção das patentes
 - Proteção contra a pirataria e respeito ao autor.

IPRI – Quintis	Média do PIB <i>per capita</i>
Os primeiros 20 %	\$ 39,991
2º quintil	\$ 23,982
3º quintil	\$ 11,748
4º quintil	\$ 4,891
Os últimos 20%	\$ 4,341

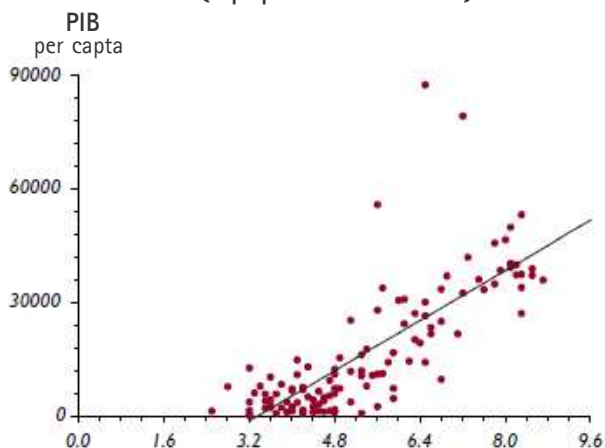
O IPRI mostra que um nível alto de proteção de propriedade (privada) é um bom indicador de desempenho econômico: quanto maior o nível de proteção, maior será o PIB *per capita* e vice-versa.⁹

Um olhar sobre a próxima tabela mostra que os países com maiores pontuações são democracias liberais – como já era esperado, dado o compromisso entre a liberdade, democracia e a propriedade privada – que ao mesmo tempo se coadunam. Ao final da tabela, temos os países que não só enfrentam grandes dificuldades em termos de democracia, mas também em termos de estabilidade política e desempenho econômico.

8. Relatório do *International Property Rights Index (IPRI)* – 2009, op. cit., p. 15.

9. Relatório do *International Property Rights Index (IPRI)* – 2009, op. cit., p. 29.

Direito de propriedade e PIB: a relação entre o IPRI e o PIB per capita (equiparado em linha)



Fonte: Relatório do *International Property Rights Index (IPRI)* – 2009, op. cit., p. 29.

Ranking dos países do IPRI: melhores e piores resultados

Rank	Country	IPRI
1	Finland	8.7
2	Netherlands	8.5
	Denmark	8.5
4	New Zealand	8.3
	Sweden	8.3
	Germany	8.3
	Norway	8.3
8	Switzerland	8.2
	Australia	8.2
10	Austria	8.1
	Iceland	8.1
	Singapore	8.1
13	Ireland	8.0
14	Canada	7.9
15	United Kingdom	7.8
	United States	7.8
17	Japan	7.6
18	Belgium	7.5
19	Hong Kong	7.3
20	France	7.2
	Luxembourg	7.2
22	Portugal	7.1
94	Nepal	3.9
	Montenegro	3.9
96	Cameroon	3.8
	Macedonia	3.8
98	Ethiopia	3.7
	Armenia	3.7
100	Serbia	3.6
	Nicaragua	3.6
	Bolivia	3.6
	Moldova	3.6
104	Albania	3.5
	Nigeria	3.5
	Paraguay	3.5
107	Azerbaijan	3.4
108	Bosnia-Herzegovina	3.3
109	Chad	3.2
	Venezuela	3.2
	Guyana	3.2
	Burundi	3.2
	Zimbabwe	3.2
114	Angola	2.8
115	Bangladesh	2.5

Fonte: Relatório do *International Property Rights Index (IPRI)* – 2009, op. cit., p. 20.

Os estudos mencionados não estabelecem relações casuais. Eles realçam tendências. Mas também ressaltam a forma como é estabelecida a **proteção** à propriedade, acompanhada com o bom desenvolvimento econômico, e isto, não é mera coincidência.

Há muitos outros modos de estabelecer relações quantificáveis entre direitos de propriedade e objetivos econômicos que apóiam argumentos liberais em favor de proteger e reforçar a proteção da propriedade privada. Gostaria de chamar a atenção para duas áreas em que as provas para os **efeitos benéficos** dos direitos à propriedade privada ou o **efeito perverso** de falta deles são esmagadoras.

Um exemplo dos efeitos benéficos dos direitos à propriedade privada, frequentemente citado e empiricamente mensurável é o da pesca e da conservação dos recursos florestais. Onde estes recursos já não existem mais ou já não pertencem mais às terras comuns o efeito é considerável.

Nos países que introduziram direito à propriedade em relação à pesca em suas 200 milhas náuticas, na forma de *quotas individuais transferíveis*, as ações de recuperação da pesca têm sido crescentes. Dois exemplos notáveis de tais sistemas em operação encontram-se na Nova Zelândia e na Islândia.

Na grande maioria dos mares e oceanos pelo mundo a fora, nos quais, direitos de propriedade não foram estabelecidos, a recuperação dos cardumes de peixe estão em forte queda. O mesmo acontece com a cobertura florestal. Enquanto países, nos quais as florestas são propriedade privada, viu-se um aumento da preservação destas áreas durante o século passado, enquanto nas terras públicas ou de propriedade estatal, as florestas, em especial, nos trópicos, têm diminuído drasticamente.¹⁰

Hernando de Soto, economista peruano, tem buscado avaliar o custo da falta da formalidade das propriedades, que é uma situação típica nos países em desenvolvimento.

10. Para uma melhor avaliação do tema, veja em: Johan Norberg, *Use it or lose it - The environmental case for property rights*. Estudo apresentado no Seminário *Freedom, Commerce and Peace, A regional Agenda*, Tbilisi, Georgia, 27 de outubro de 2006; acessado em 30.12.2007, no endereço: <http://www.johannorberg.net/?page=articles&articleid=155>.

Ele calcula que o valor total de bens imóveis movimentados, mas não adquiridos legalmente pelos pobres do chamado terceiro mundo e pelos antigos países comunistas é de pelo menos, US\$ 9.3 trilhões – mais de duas vezes o que circula em moeda corrente nos EUA ou quase tanto quanto o valor total das empresas presentes nas bolsas de valores dos 20 mais importantes países do mundo. Este montante é mais de vinte vezes o total do investimento estrangeiro direto (IED) feito nestes países, nos 10 anos posteriores a 1989. Estes ativos são enormes no contexto de desenvolvimento, se pudessem ser mobilizados.

Argumentos práticos sobre propriedade privada contra o seu desmantelamento

Há uma série de argumentos em defesa de propriedade e que ajudam a explicar os resultados e argumentos da sessão anterior. Além disso, há vários argumentos que apontam para a importância da propriedade privada para o tipo de sociedade que os liberais querem e para o valor intrínseco da propriedade privada dos seres humanos, sem ter que olhar para seus benefícios econômicos.

Estes últimos argumentos pertencem ao tipo de argumentos que o cantor e compositor, Frank Zappa, teria tido em mente quando disse que "O comunismo não funciona porque as pessoas querem possuir suas próprias coisas." Um político poderia ignorar este argumento, mas se assim o fizer, corre muito risco.

O primeiro destes argumentos, é que os seres humanos não parecem ser capazes de sobreviver sem propriedade. É da natureza do homem possuir bens.

É provavelmente uma lenda, que sociedades primitivas não possuíam sistemas de propriedade ou que elas não possuíam nenhuma consciência de propriedade privada. Uma indicação clara é o fato de existirem termos como, "roubo", "furto" ou "vandalismo" na maioria das culturas e línguas, nas proibições religiosas ou legais destas sociedades.

Estes termos não existiriam sem um conceito de propriedade e a idéia de que algumas coisas são possuídas legalmente por indivíduos ou grupos de pessoas. Realmente, antropólogos modernos parecem aceitar que a **propriedade é uma característica universal da cultura humana.** ¹¹

Os seres humanos são possessivos e o excessivo desejo de possuir, é uma característica forte, talvez, até mesmo um instinto que ajuda a assegurar a sobrevivência e garantir a identidade. Existem muitos indícios de que este é o caso e ignorar este fato, como muitos projetos políticos no passado, é uma loucura.

Propriedade Privada é essencial:

- ➡ Porque reflete as necessidades humanas e é parte inseparável de sua cultura;
- ➡ Porque conectada com o sentido anterior, os humanos têm um senso forte de justiça que é relacionado à posse e à idéia de propriedade legítima;
- ➡ Para estabelecer preços reais;
- ➡ Para prevenir o uso exacerbado de recursos;
- ➡ Para estabelecer responsabilidades;
- ➡ Para uma economia de Mercado livre (seguindo os 3 pontos anteriores);
- ➡ Porque cria incentivos para a gestão e empreendedorismo.

O roubo ou a expropriação de propriedade extrai respostas fortes, radicais e emotivas da maioria das pessoas e culturas. Temos hoje, muitos exemplos de pessoas que buscam justiça e de governos que tentam solucionar assuntos sobre expropriação que surgiram há muitas gerações atrás. A maioria dos antigos países comunistas enfrenta reivindicações e

11. Para uma visão dos relevantes pontos de vista e de suas obras, veja em: Pipes, p. 77 ff. Porém, isto não significa que não há nenhuma diferença cultural no tratamento de propriedade. O comportamento normal com respeito à propriedade em uma sociedade pode não ser o mesmo em outra. A abordagem da propriedade em países europeus pode ser muito diferente. Alguns países europeus impõem "impostos sucessórios" e outros não. A não declaração de rendimentos tributáveis é tratada como um crime na Alemanha, mas, é tratada como um delito civil, na Suíça, por abordar de forma completamente diferente os direitos dos cidadãos no que diz respeito a sua propriedade nas tradições jurídicas destes países.

pedidos de restituição por parte dos descendentes de vítimas, embora muitas gerações tenham passado.

Ganhos importantes a partir de um elevado nível de respeito e proteção à propriedade trazem uma maior coesão e eficiência para os sistemas políticos e econômicos. Em um ambiente no qual a propriedade raramente é violada, a sociedade será beneficiada.

Tal como David Hume salientou, as relações entre pessoas são caracterizadas através de confiança mútua em vez de uma suspeita mútua. Há poucos motivos para recorrer à separação, à segregação e à criação de guetos. Em termos econômicos, uma grande vantagem seria a redução de custos diretos para proteger a propriedade, ou seja, ajudando o indivíduo a evitar um desperdício de recursos.

As pessoas esperam que o Estado propicie a segurança e proteja a propriedade. Se isto não acontecer devido às deficiências na lei ou em sua aplicação, os cidadãos irão procurar por alternativas.

A criação de "condomínios fechados" é uma alternativa e uma indicação de que o contrato social baseado em proteção de propriedade privada está quebrando e que o Estado já não está cumprindo com suas obrigações. Esta evolução conduzirá a uma perigosa erosão da confiança do cidadão na identificação com o Estado.

Existem outras razões pelas quais a propriedade privada promove a coesão social. Não só importa um sentimento de propriedade com respeito ao objeto possuído, mas também com respeito ao ambiente no qual este objeto se encontra. Uma pessoa que possui uma casa em ambiente agradável tem um forte interesse em manter este ambiente. As pessoas cortam a grama em frente às suas casas, apesar do fato de que esta grama poderia pertencer à municipalidade. Por quê? Porque os ambientes bem cuidados aumentam o valor da casa.

A propriedade ajuda no desenvolvimento da auto-estima: "Eu sou o dono de uma casa que é agradável e tem um bom estado de conservação. As pessoas me respeitarão pelo meu esforço de investir em contribuir para um bairro valorizado".

Ela ajuda os cidadãos a desenvolverem um senso de entendimento por que o crime é errado – crimes contra propriedade, como vandalismo, são diretamente vivenciados. "O vândalo quebrou algo que me pertence."

Esta lista poderia ser estendida – mas o ponto importante é que o "espírito cívico" é fortemente influenciado pela propriedade e o interesse em manter essa propriedade.

Outro importante ganho político: devemos estar atentos ao fato de que a propriedade não só oferece às pessoas uma participação no seu ambiente – um ambiente pacífico que protege e preserva a propriedade –, mas também tornam as pessoas menos dependentes umas das outras e, em particular, do Estado.

Quando, por acaso, Cingapura incentiva a propriedade de bens imóveis, faz assim sabendo que, quanto mais cidadãos possuírem residências próprias, menos despesa pública haverá no campo da seguridade social. Talvez uma razão subjacente para maior estabilidade social em tempos de crise em países como o Reino Unido e a Suíça esteja relacionada aos níveis elevados de propriedade de bens imóveis entre as respectivas populações.

Outro conjunto de argumentos práticos está relacionado à tranquilidade promovida pela propriedade privada. **Direitos seguros de propriedades** criam incentivos econômicos, que não existiriam, se não existissem estes direitos e assim, **evocam um comportamento benéfico não só para os donos, mas também para a sociedade em geral.**

Um destes argumentos refere-se ao cuidado e manutenção: **proprietários têm um incentivo para cuidar do que possuem.** Se eles não cuidarem de um artigo que possuem, este se deteriorará. Se um carro é consertado regularmente, ficará em boa condição e seguirá funcionando. Se uma casa é cuidada corretamente, ela manterá as suas funções de ser um bom lugar para se viver.

O incentivo não é apenas estético: um carro bem consertado ou uma casa bem cuidada é agradável para olhar, e no caso do carro, bom para se dirigir. A manutenção da propriedade também serve para manter seu valor de mercado. Um carro defeituoso ou uma casa danificada terão preços reduzidos no mercado, ou seja, o fracasso, ou incapacidade de cuidar de um pedaço de propriedade leva a perda de valores.

No caso de propriedade "pública", a situação não é a mesma. Os ocupantes de casas públicas não têm o mesmo incentivo para cuidar do lugar onde vivem, porque eles têm pouco a ganhar ou perder quando eles se mudarem. Poucas pessoas que danificam a propriedade pública sem remorsos danificariam um veículo, se o tivessem.

Talvez ainda mais importante para a economia, **propriedade privada encoraja as pessoas a desenvolverem suas propriedades e torná-las produtivas**. Podendo usar e dispor como entenderem, investindo esforços no desenvolvimento da propriedade, não só para manter seu valor, ao praticar a manutenção, mas para aumentá-lo.

Uma das suposições equivocadas daqueles que se opõem à propriedade, é que esta, não é benéfica para os não proprietários.

Existem muito poucos membros da sociedade, sem propriedade, mas, mais importante neste contexto, é que **a utilização da propriedade de modo geral beneficia terceiros** (aqueles que não são seus possuidores diretos). Utilizando a propriedade para vendê-la ou usá-la para gerar renda, só daria certo, se houvesse um interesse de comprar ou alugar esta propriedade.

Isto significa que as necessidades de ambas as partes devem se encontrar para iniciar e concluir uma transação. O vendedor deve estar preparado para atender a demanda e as preferências do comprador; e o comprador deve estar preparado para aceitar as condições do vendedor. A transação, quando acontece, tende a ser boa para ambas as partes.

O mesmo argumento se aplica ao trabalho. Ao oferecer o serviço de seu trabalho (sua propriedade, na concepção Lockean) se está sujeito ao mesmo mecanismo. Se você melhorar e concentrar seus títulos, esforços e formação, de acordo com as demandas de clientes potenciais, você encontrará um emprego mais facilmente.

Outro argumento a favor da propriedade privada, na prática, refere-se à **conservação assim como o uso prudente e eficiente de recursos**. Se um recurso promete render receitas significativas ou mais altas no futuro, este recurso é destinado a este fim.

Propriedade privada e sua importância para uma visão liberal de sociedade

A propriedade privada como um tema central de preocupação liberal, justificado em uma tratativa separada e minuciosa, é indiscutivelmente um fenômeno relativamente recente.

Realmente, alguns argumentam que a falta de absoluta menção pode ter uma ligação com o fato de que os primeiros liberais tomaram o conceito de concessão como garantido e consideraram as vantagens da propriedade privada para com a ordem política e econômica óbvias. Por exemplo, Tom Bethell escreve que:

"Provavelmente foi uma coincidência o fato de que o mais importante tratado sobre economia foi escrito num momento em que a propriedade privada estava no auge de seu prestígio. Em todo caso, Adam Smith, não pensou em ser necessário escrever muito sobre este assunto. Ele se referiu aos 'sagrados direitos da propriedade privada'. Contudo, seus contemporâneos, fizeram comentários semelhantes... Em um tratado sobre economia, então, talvez fosse desnecessário insistir que as instituições já seguradas pela lei fossem as bases da análise econômica. Ninguém discordou..."¹²

Até meados do século XIX, vimos isto.

Mais tarde, com o ataque intelectual travado por socialistas e outros que se posicionavam contra a propriedade, os liberais viram-se na defensiva. Poder-se-ia discutir que a falta de tratamento aprofundado pudesse ter contribuído para a facilidade com que os socialistas tivessem a capacidade de fazer campanha contra a propriedade privada. Muitos contemporâneos não apreciaram a importância da propriedade e havia poucas réplicas em relação ao ponto de vista socialista.

Havia também, o problema que John Locke tinha sugerido que a propriedade privada, a qual é exclusiva, deveria ser ligada à existência de um bem comum

12. Tom Bethell, *The Noblest Triumph – Property and Prosperity through the Ages*, New York: St Martin's Press, 1998, p. 93.

– que “é na verdade uma arma afiada nas mãos dos inimigos da propriedade”.¹³ Para acrescentar ao enigma, alguns liberais foram tão longe, que endossaram ideais igualitários como já demonstrado.

Dois autores, em particular, têm contribuído para uma maior compreensão da importância da propriedade privada ao explicar o desenvolvimento e sucesso econômico: o historiador polonês, Richard Pipes, que explicou as diferentes trajetórias políticas e econômicas da Inglaterra e da Rússia quanto aos tratamentos diferenciados dados aos direitos à propriedade e o economista peruano, Hernando de Soto, que tentou descrever como e por que a propriedade privada e instituições que efetivamente protegem e fazem valer os direitos de propriedade determinam o progresso econômico.¹⁴

De Soto afirma que os habitantes pobres do Terceiro Mundo e ex-nações comunistas:

“... têm coisas, mas falta-lhes o processo de representar sua propriedade e criar capital. Possuem casas, mas não possuem títulos; colheitas, mas não ações; negócios, mas não registro de suas empresas. É a indisponibilidade destas representações essenciais que explica por que as pessoas... não são capazes de produzir o capital suficiente para fazer o trabalho doméstico do capitalismo.

Este é o mistério do capital. Resolver isso requer um entendimento do porque os ocidentais, pelo que representam ativos com títulos, são capazes de ver e desenhar o capital a partir deles. Um dos maiores desafios para a mente humana é compreender e ganhar acesso a essas coisas que sabemos existir, mas não podemos ver...

... somente o ocidente tem o processo de conversão necessário para transformar o invisível em visível... os ocidentais tomam este mecanismo por tão completamente garantido, que perderam toda a consciência de sua existência... é uma infraestrutura legal implícita escondida nas profundezas de seu sistema de propriedade, – do qual a propriedade é só a ponta do iceberg. O resto do iceberg é um processo artificial complicado que pode transformar ativos e resultados de trabalho em capital... Suas origens são obscuras e o seu significado está enterrado dentro das nações capitalistas ocidentais...

13. Veja em: Anthony de Jasay, *Property and its Enemies*, partes 1–3. Especialmente parte 1: *Design Faults em Locke's Theory of Property Taint Ownership with Guilt*. <http://www.econlib.org/library/Columns/y2003/Jasayenemy.html>, *Liberty Fund*, Inc. 2003.

14. Os títulos dos livros de Piper e de Soto, podem ser achados na lista de bibliografia básica na parte final deste ensaio.

Os países ocidentais têm sido felizes em ter seu sistema de produção de capital, na sua totalidade, garantido e deixar sua história não documentada".¹⁵

De Soto tentou fechar o raciocínio através da análise de como explicar um sistema bem sucedido de direito de propriedade formalizado em direitos trabalhistas, identificando as deficiências dos sistemas de propriedades informais e sugerindo reformas que poderiam utilmente subsistir.

Apesar do que foi dito até agora, todavia, é errado supor que a propriedade constitui um espaço vazio na consciência liberal. Muitos pensadores liberais tratam a propriedade com seriedade – mesmo que seja só de passagem. A complexidade pode não ser sempre clara, mas há um consenso de que uma ordem liberal não pode existir sem a propriedade privada e que existem muitas razões pelas quais este é o caso.

Vamos agora olhar para elas:

Para alguns liberais, a **propriedade é o aspecto mais significativo do liberalismo**. Este é o caso do famoso economista e filósofo político, Ludwig von Mises, o fundador da chamada Escola Austríaca de Economia. Em suas palavras, "o programa do liberalismo..., se condensado em uma única palavra, seria: propriedade, isto é, a propriedade privada nos meios de produção... . Todas as outras exigências do liberalismo resultam fundamentalmente de sua demanda".¹⁶ Muitos liberais, liberais clássicos, por exemplo, estariam de acordo. A maior parte dos liberais e libertários certamente acompanha este pensamento.

Propriedade e liberdade

Outros liberais poderiam não ser tão categóricos, mas eles ainda consideram a propriedade e a liberdade como um ponto central no valor de núcleo do liberalismo e seu objetivo. O discípulo de Ludwig von Mises e ganhador do Prêmio Nobel, Friedrich A. von Hayek, vê a **propriedade como uma**

15. Hernando de Soto, *The Mystery of Capital*, pp. 6-8.

16. *Liberalism in the Classical Tradition*, 3ª edição, San Francisco: Cobden Press and New York: The Foundation for Economic Education, Inc., 1985 (edição alemã, 1927), p. 19.

garantia da liberdade (no seu significado de ausência de coerção por parte do Estado):

"O reconhecimento da propriedade privada... é uma condição essencial para a prevenção de coerção, embora não o único. Nós raramente estamos em condições de levar a cabo um plano coerente de ação a menos que tenhamos certeza do nosso controle exclusivo de alguns objetos materiais; e onde nós não os controlamos, é necessário que nós saibamos quem o faz se formos colaborar com ele. O reconhecimento da propriedade é claramente o primeiro passo na delimitação da esfera privada, que nos protege contra a coerção...".¹⁷

Em um trabalho anterior, Hayek foi mais franco e inequívoco:

"Nossa geração tem esquecido que o sistema de **propriedade privada é a garantia mais importante de liberdade**, não só para aqueles que possuem bens, mas também, para aqueles que não possuem".¹⁸

Hayek não está só relacionado com o reconhecimento da propriedade privada, mas também com a sua dispersão. Ele aponta para mais um importante elo entre a propriedade privada e a liberdade: a dispersão da propriedade privada, de um lado, e a liberdade de dependência, importante aspecto da liberdade, no outro:

"A condição decisiva para a cooperação mutuamente vantajosa entre pessoas, baseada no consentimento voluntário, em lugar da coerção, é que existem muitas pessoas que podem servir as necessidades de um, de forma que ninguém tenha de ser dependente de pessoas específicas para as condições essenciais da vida ou a possibilidade de desenvolvimento em alguma direção. É possível a concorrência feita pela dispersão da propriedade que priva os proprietários individuais de determinados poderes coercivos".¹⁹

Propriedade e direitos

Se considerarmos que certos direitos políticos e as liberdades civis são expressões de liberdade, o direito à propriedade privada é uma dessas expressões. Mas vários pensadores liberais vão um passo mais além. Eles vêem **o direito à propriedade privada como o direito mais central** - como uma

17. *The Constitution of Liberty*, Chicago: The University of Chicago Press, 1960, toda p. 140.

18. *The Road to Serfdom*, London and Henley, Routledge Et Kegan Paul, 1979, p. 78.

19. *The Constitution of Liberty*, op. cit., p. 141.

garantia ou até mesmo uma condição prévia necessária para o gozo de outros direitos. Realmente, a pessoa poderia ver todos os direitos como sendo direitos de propriedade. Esta observação é feita por Murray Rothbard, quando ele escreve que "... o conceito de 'direitos' só faz sentido como direito de propriedade. Não existem direitos humanos que não sejam também direitos de propriedade, mas os direitos humanos perdem sua incondicionalidade e clareza e tornam-se vulneráveis e imprecisos quando os direitos de propriedade não são usados como o padrão."

Ele passa a dizer que:

"Há dois sentidos em que os direitos de propriedade são idênticos aos direitos humanos: primeiro que a propriedade só pode existir para os seres humanos, de modo que os seus direitos de propriedade são direitos que pertencem aos homens, e segundo, que a liberdade pessoal, o direito da pessoa ao seu próprio corpo, é um direito de propriedade na própria pessoa, como um "direito humano." Mas o que é mais importante para o nosso debate, se os direitos humanos, não são colocados como direitos de propriedade, revelam-se vagos e contraditórios ...

(Por exemplo), não existe uma coisa como um "direito à liberdade de expressão"; existe somente o direito de um só homem: o direito de fazer de acordo com sua vontade ou de fazer acordos voluntários com outros proprietários.

Em suma, uma pessoa não tem um "direito à liberdade de expressão", o que ela tem é o direito a alugar um espaço e de se dirigir às pessoas que adentrem neste espaço. Ela não tem "direito à liberdade de imprensa", o que ela tem é o direito de escrever ou publicar um panfleto e de vendê-lo àqueles que estão dispostos a comprá-lo (ou distribuir para aqueles que estão dispostos a aceitá-lo). Assim, aquilo que ela tem em cada um destes casos, é o direito de propriedade, incluindo o direito à liberdade de contrato e transferência que fazem parte de tais direitos de propriedade. "Não há nenhum 'direito extra à liberdade de expressão' ou a liberdade de imprensa ou que uma pessoa possa ter em qualquer dos casos".²¹

A chave que "destranca" direitos humanos e os torna reais é, assim, a liberdade de possuir e trocar bens ou a "liberdade econômica", uma palavra que Rothbard considera ser um sinônimo para esta liberdade.²²

-
21. Murray N. Rothbard, *The Ethics of Liberty*, cap. 15 ("*Human Rights*" As Property Rights), New York Et London: New York University Press, 1998, p. 113-114 (publicado originalmente por: Humanities Press, Atlantic Highlands, N.J. in 1982).
 22. Murray N. Rothbard, *For a New Liberty – The Libertarian Manifesto*, San Francisco: Fox e Wilkes, 1973, edição revisada em 1978, pp. 68-69.

Richard Pipes, que baseia a sua argumentação em favor da propriedade privada sobre evidências históricas, comenta que o "direito de propriedade em si não garante direitos e liberdades civis." Apesar desta ressalva, todavia, a propriedade privada,

"... foi o único dispositivo mais eficaz para assegurar ambos, porque cria uma esfera autônoma, na qual, por consentimento mútuo, nem o Estado nem a sociedade pode usurpar: desenhando uma linha entre o público e o privado, faz o dono co-soberano. Consequentemente é sem dúvida mais importante do que o direito de voto."

Ele passa a advertir que o...:

"... enfraquecimento dos direitos de propriedade através de tais dispositivos como distribuição de riqueza para fins de bem-estar social e de interferência nos direitos contratuais por causa de "direitos civis", prejudica a liberdade nas democracias mais avançadas, mesmo que a paz, a acumulação da riqueza e a observância de procedimentos democráticos passe a impressão de que tudo está bem."²²

Propriedade, sociedade e Estado

Há ainda, contextos de como a propriedade privada desempenha um papel central no pensamento liberal. Um destes contextos está atrelado à sociedade e ao Estado. Uma idéia muito antiga é aquela que a sociedade e o Estado existem por causa da necessidade de garantir posses. **A propriedade é vista como a base da sociedade e da razão da lei e governo.** David Hume, filósofo do Iluminismo escocês, viu na propriedade – a qual ele definiu como "posse estável derivada das regras de justiça"²³ – como a *raison d'être* da sociedade humana. Sua coesão está garantida por meio de regras claras relativas à propriedade. Em suas palavras, aponta que:

"Ninguém pode duvidar que o acordo para a distinção de propriedade e para a estabilidade da posse, é, em todas as circunstâncias, a mais importante para o estabelecimento da sociedade humana e que após este acordo, para a fixação e observação desta regra, resta pouco ou nada a ser feito para assegurar uma perfeita harmonia e concordância".²⁴

22. *Property and Freedom*, p. 281.

23. David Hume, *A Treatise of Human Nature*. Reimpressão da edição original em três volumes e editada, com um índice analítico, por LA Selby-Bigge (Oxford: Editora Clarendon, 1896). Parte II do livro III (*Of Morals*), secção III, *Of the rules, which determine property*.

24. Secção II, *Of the origin of justice and property*.

Os membros de uma sociedade procuram por felicidade. Hume explica que a felicidade não é o resultado da forma como as pessoas possuem as coisas, mas "a paz e a segurança com que elas as possuem..." As pessoas são apenas "membros da sociedade" quando elas "se abstém das posses de outros" e é para conter o egoísmo, que os "homens foram obrigados a... distinguir entre os seus próprios bens e os de outros... resulta, portanto, que... a posse deve ser estável e não está sob o julgo de decisões particulares, mas, sim, por outras regras que devem ser estendidas a toda sociedade...".²⁵

Esta é a sua visão e a visão de seu amigo, Adam Smith, sobre o papel de todo o sistema de governo:

"O primeiro e principal projeto de cada sistema de governo é de manter a justiça: impedir que os membros da sociedade invadam a propriedade de outro ou confiscem aquilo que não lhes pertence. A intenção aqui é dar a cada um a posse segura e pacífica de sua própria propriedade".²⁶

Propriedade e paz

É a segurança da propriedade e sua aplicação legal que fornece a base para a paz e para a solução pacífica dos conflitos em sociedade. Isto está implícito no papel do Estado e é atribuído por representantes do pensamento liberal no século XX, quando o pensador liberal Hayek, escreveu que a propriedade,

"... é a única solução para os homens que ainda não descobriram o problema de conciliar a liberdade individual com a ausência de conflito. Direito, liberdade e propriedade é uma trindade inseparável. Não pode haver nenhuma lei no sentido de regras universais de conduta que não determine limites dos domínios da liberdade, estabelecendo regras que permitam cada um deles saber onde ele está livre para agir".²⁷

25. Ibid.

26. Adam Smith, *Lectures On Jurisprudence* ed. por Ronald L. Meek, David Raphael e Peter G. Stein, vol. V, Glasgow Edition of the Works e disponível em: <http://oll.libertyfund.org/title/196> , em 06 de maio de 2009.

27. Friedrich A. von Hayek, *Law, Legislation and Liberty* (3 Volumes), London: Routledge & Kegan Paul, 1973, Vol. 1, p. 107.

Armen A. Alchian, também enfatiza este ponto, explicando que, se as pessoas estiverem seguras sobre os direitos de propriedade, não há motivos para recorrer à violência com o intuito de garantir as necessidades e desejos pessoais:

"... bem definidos e bem protegidos, os direitos à propriedade substituem a competição através de violência pela competição através de meios pacíficos. A extensão e grau de direitos à propriedade privada afetam fundamentalmente os modos como as pessoas competem pelo controle de recursos. Com direitos de propriedade privada mais completos, mercados de troca de valores se tornam mais influentes. A condição e a qualidade individuais das pessoas que competem por recursos, importa menos porque sua influência pode ser compensada pelo ajuste do preço."²⁸

Basicamente, os liberais defendem que o objetivo da sociedade é o de propiciar segurança e permitir a troca pacífica entre seus membros. Tal garantia, não é só para a pessoa, mas também, para a sua propriedade. A função da lei é assegurar que a propriedade seja protegida. Se tivermos em mente a relação entre liberdade e propriedade, resultada, da função da lei, que, em se protegendo a liberdade, protege-se também a propriedade.

Propriedade e estado de direito

No entanto, a lei não é o bastante. Uma **sociedade viável, baseada na garantia dos direitos de propriedade** e na troca pacífica de bens, exige que todo mundo tenha uma igualdade de participação na referida sociedade. Isto só pode acontecer se a lei tratar todos igualmente e não existir outros meios de decidir sobre conflitos que não sejam através da lei. Deve existir o **Estado de Direito**. A função do Estado de Direito, um princípio básico do liberalismo, é assegurar a imparcialidade – para o benefício de todos e não de uma elite poderosa ou de certa minoria.

Não sendo este o caso, a lei seria arbitrária. Se a lei só for aplicada para alguns, os outros e suas respectivas propriedades já não estariam mais seguras. Isto é o que David Hume tinha em mente quando escreveu que o:

28. *Property Rights*, op. cit.

"... estabelecimento da regra, relativa à estabilidade da posse... [é] absolutamente necessária para a sociedade humana... a convenção relativa à estabilidade de posse é celebrada, a fim de romper todas as ocasiões de discórdia e disputa; e este fim, nunca seria atingido, se fosse a nós, permitido, aplicar esta regra de forma diferente em cada caso particular... o governo... tem que agir por leis gerais e iguais que previamente são conhecidas por todos os membros da sociedade, em todos os seus assuntos."²⁹

Harry Burrows Acton, da mesma maneira, salienta a importância da igualdade perante a lei, que é, sem dúvida, o elemento mais importante do Estado de Direito, no interesse de todos os proprietários – pois, se não defendessem este princípio, destruiriam a liberdade:

"Um sistema de propriedade privada, estabelecido nos interesses de pessoas específicas e podendo ser modificado para se adaptar às suas exigências, iria de encontro à liberdade individual, uma vez que, aqueles que não seriam beneficiados, estariam coagidos pelos interesses dos proprietários e conseqüentemente, estes proprietários não seriam livres. A coerção governamental sempre deveria estar inclinada em manter as regras".³⁰

Propriedade e democracia liberal

Muitos liberais vêem a **propriedade privada como uma condição necessária para o pluralismo político e para a democracia liberal**. Martin Wolf, jornalista contemporâneo e especialista em assuntos econômicos, escreve que:

"... propriedade privada é... uma condição necessária para o pluralismo político. Uma entidade política... que controla todos os recursos de um país através do Estado, pouco provavelmente permitiria qualquer tentativa de oposição aos meios de se opor a isso. Pior, quando todas as decisões econômicas são políticas, a perda de poder ameaça a perda dos meios de sustento. Poder se torna a única rota para a riqueza. Isto não é apenas letal para a economia, mas também é letal para as políticas democráticas que se tornam uma forma de guerra civil. Somente quando as políticas não forem uma questão de sobrevivência pessoal é que uma democracia estável é viável."³¹

29. *A Treatise of Human Nature*, op. cit., parte II do livro III (*Of Morals*), secção III.

30. *The Morals of Markets and Related Essays*, editado por: David Gordon e Jeremy Shearmur, Indianapolis: Liberty Press, 1993, p. 195.

31. Martin Wolf, *Why Globalization Works – The Case for a Global Market Economy*, New Haven: Yale University Press, 2004, p.30.

Propriedade e economia

Finalmente voltamos à economia. Liberais e economistas liberais, em particular, têm realçado a importância da propriedade para uma economia de mercado. Mais recentemente, vários estudos seminais, incluindo os de Pipes e de Soto, já mencionados anteriormente, identificaram **os direitos de propriedade como um motor de desenvolvimento econômico**. É este aspecto da propriedade que levou a uma completa reavaliação da propriedade e seu papel na sociedade.

De acordo com Tibor R. Machan, quando falamos sobre mercados livres, falamos sobre liberdade de comércio e isto:

"... pressupõe direitos de propriedade. Se tais direitos não existem, então não há necessidade nem oportunidade para o comércio. As pessoas, simplesmente poderiam tomar de outro o que quisessem e nem precisariam esperar por um acordo ou condições. Ou, alternativamente, se todos possuísem tudo, ninguém poderia comercializar. Permissões coletivas seriam necessárias para toda e qualquer transação." ³²

Bernhard Heitger, do *Kiel Institute for The World Economy*, observa que:

"Direitos de propriedade estão no coração de qualquer atividade econômica. Ninguém se tornará economicamente ativo, se for enganado sobre os frutos de seu trabalho. Além disso, preços significativos e o uso eficiente de recursos requererem direitos de propriedade protegidos." ³³

Hoje, tais declarações parecem indicar o óbvio, mas estas realidades foram, por muito tempo, negligenciadas por economistas profissionais. Heitger comenta que, a tradicional teoria de crescimento,

"... não faz nenhuma menção aos incentivos e direitos à propriedade privada; eles simplesmente são dados como fato. Na realidade este não é o caso. Obviamente, em muitos países do Terceiro Mundo faltam proteção e direitos relativos à propriedade privada e há muitas nuances entre direitos seguros e inseguros à propriedade, de modo que, na realidade, existem divergências nos incentivos para trabalhar, para investir e para inovar." ³⁴

32. Tibor R. Machan, *In Defense of Property Rights and Capitalism*, em: *The Freeman, Ideas on Liberty*, Vol. 43, nº 6, junho de 1993, <http://www.fee.org/publications/the-freeman/article.asp?aid=1848>.

33. *Cato Journal*, Vol. 23, nº 3 (Inverno 2004).

34. *Ibid.*

Liberais afirmam que a propriedade privada:

- É o principal aspecto do liberalismo;
- É uma parte integrante e garantia de liberdade;
- É, portanto, uma garantia dos direitos políticos e liberdades civis;
- É a razão de ser para a sociedade e é a razão para o governo e para a lei;
- Requer o Estado de Direito;
- Preserva a paz e promove o comportamento cooperativo;
- É a condição necessária para o pluralismo político e a democracia liberal;
- É a base para o desenvolvimento e para uma economia de Livre Mercado;
- Permite a utilização eficiente dos recursos, especialmente o conhecimento e é a chave para a inovação.

Hernando de Soto chegou às mesmas conclusões ao comparar o desempenho capitalista e o de economias em desenvolvimento. Ele acredita que não há alternativas para o desenvolvimento bem sucedido, além do capitalismo – é “a única possibilidade”³⁵ – e o capitalismo é caracterizado por garantir e reconhecer formalmente os direitos à propriedade. O desafio que a humanidade enfrenta é o de assegurar que isto se aplique a maioria dos homens, o que, no momento, não acontece.

O *Índice Internacional de Direitos de Propriedade*, no desenvolvimento do qual Hernando de Soto está envolvido, descreve as seis funções econômicas de um sistema de propriedade funcional, como segue:

- [fixar] o potencial econômico de ativos descrevendo seus valores em papel.
- [integrar] informações dispersas em uma rede consistente de representações sistematizadas.
- [tornar] pessoas responsáveis, unindo os ativos aos seus proprietários tornando-os facilmente identificáveis e localizáveis.
- [tornar] os ativos mutáveis, assim eles podem ser movidos, sendo mais acessíveis e obtendo diferentes funções.
- [integrar] pessoas reduzindo os custos de ligação dos ativos em grandes mercados.
- [proteger] transações assegurando não somente os ativos, mas também as transações.³⁶

35. *The Mystery of Capital*, op. cit, p. 226.

36. IPRI, p. 45.

Um importante argumento econômico usado pelos liberais é que a **propriedade privada garante a eficiência na utilização dos recursos, especialmente os recursos de conhecimento**. É importante salientar este ponto, devido a sua relevância para a atual discussão sobre os direitos à propriedade intelectual. O famoso economista liberal e prêmio Nobel de Economia, Milton Friedman explica por que:

"... o único modo no qual você pode ter a liberdade de trazer o conhecimento para seu caminho é controlando a propriedade. Se você não controlar sua propriedade, se alguém possuir este controle, ele poderá decidir o que fazer com ela e você não terá possibilidade alguma de exercer influência sobre a sua propriedade. O interessante é que há muito conhecimento nesta sociedade, mas... que o conhecimento é dividido. Eu tenho um pouco de conhecimento; você tem um pouco; ele tem um pouco. Como é que podemos reunir esses conhecimentos dispersos novamente? E como podemos torná-los interessantes para que os indivíduos os utilizem de maneira eficaz? A chave para isso é a propriedade privada, porque se ela pertencer a mim, você saberia, pois, existe uma evidência clara. Ninguém gasta o dinheiro de outrem como se gastasse o seu próprio. Ninguém usa os recursos de outrem tão cuidadosamente como se usasse os seus. Assim, se você quiser rendimento e eficácia, se você quiser saber utilizar o conhecimento corretamente, você terá que fazê-lo através dos meios da propriedade privada".³⁷

Um sistema sem propriedade privada não pode funcionar

Uma falha central de qualquer alternativa à propriedade privada é o que Garrett Hardin denomina: "a tragédia dos comuns" em um artigo que publicou em 1968.

Quando nada está em comum, com todas ou muitas pessoas com o *status* de "proprietários", há uma tendência para o auto-interesse e para o interesse racional dos indivíduos em aumentar a exploração dos recursos para seu próprio benefício.

37. Entrevista com Milton Friedman em 1º de outubro de 2000 e publicada no site: *Public Broadcasting Service*, dedicado à produção do documentário "*Commanding Heights*", http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitextlo/int_miltonfriedman.html .

Este indivíduo recebe todo o benefício deste aumento, mas ao mesmo tempo, os custos são rateados entre todos os usuários. No final, esta propriedade comum está arruinada e é assim que as pessoas utilizam a propriedade.

Como Hardin mostrou, esta é uma característica de todas as propriedades comuns e ele considerou que a propriedade pública, tem as características de algo comum. Em um artigo posterior, ele mostrou que, "sempre quando um sistema de distribuição não apresenta um bom funcionamento, se está diante de algo comum. Populações de peixes nos oceanos têm sido dizimadas, porque os indivíduos interpretaram que a 'liberdade dos mares' é um direito ilimitado para a pesca. Os peixes foram, com efeito, algo comum".

A única alternativa viável é a distribuição da propriedade a donos específicos e com direitos exclusivos de uso.

Utilizando as estradas públicas como um exemplo, podemos constatar os diferentes desfechos sobre propriedade privada e pública:

"O congestionamento em estradas públicas que não cobram por pedágio é outro exemplo de um governo que auxilia na tragédia das propriedades comuns. Se vias públicas fossem privadas, os donos cobrariam pedágios e as pessoas levariam isso em conta na hora de decidir em utilizar esta ou aquela estrada. Os donos de estradas privadas provavelmente se aproveitariam também, do preço em horário de pico, aumentando os valores durante a demanda mais alta e reduzindo os preços nos demais horários. Contudo, as estradas governamentais são feitas com dinheiro de impostos, que normalmente não se cobram por pedágios. O governo faz estradas em propriedades comuns. E o resultado é o congestionamento".

A Ex-URSS nos apresenta um grande exemplo de fracasso, devido à falta de propriedade privada. Um famoso livro publicado logo após o colapso do sistema comunista, usando o material que havia ficado disponível com o fim do período da *Glasnost*, descreveu uma destruição ecológica e ambiental sem precedentes.

Esta destruição era o resultado da propriedade pública que traduzia um sistema que eu descreveria como, "ninguém é responsável, ninguém paga e ninguém se preocupa." Não houve nenhuma responsabilização. Os autores citam o presidente do *Comitê Estatal para a Proteção da Natureza (Goskompriroda)*, que em 1989, observou que a melhor explicação para o que acontecera de errado na então URSS era que: "nos Estados Unidos a terra

possui donos, enquanto que em nosso país, pertence ao Estado – quer dizer, a ninguém".³⁸

Quando a propriedade privada era possível, as coisas eram diferentes. Por exemplo, sobre as parcelas privadas das propriedades na antiga URSS – que eram apenas 1 ou 2 por cento de toda a terra – os fazendeiros produziram cerca de 2/3 de batatas e ovos e aproximadamente 40 por cento de carne e legumes consumidos em meados da década de 60.³⁹

A redistribuição de propriedade é para os socialistas modernos – e alguns outros – uma alternativa para o fim das desigualdades. Algumas vantagens da propriedade privada poderiam ser mantidas desde que assegurassem que vastas disparidades fossem eliminadas. Isto é o que David Hume chama de "equalização". Ele previu que todas estas tentativas falhariam, por que:

"... realmente é, no fundo, impraticável; e se não fossem assim, seria extremamente perigoso para a sociedade. Dar a posse, sempre de maneira igual a homens que possuem diferente bagagem cultural, interesse e diligência certamente iria romper esta equidade muito rápido. Ou se você restringe estas virtudes você reduz a sociedade a mais extrema indigência; e ao invés de prevenir a necessidade e a pobreza para alguns, estará inevitavelmente as alastrando a todos".⁴⁰

Igualar a propriedade é o mesmo que o objetivo socialista de igualar os resultados. Para assegurar que os bens sejam iguais em todo lugar, já que diferentes seres humanos produzem resultados diferentes, mesmo tendo o mesmo ponto de partida. A alternativa – a verificação das virtudes, ou, para acrescentar outro fator, a diminuição dos incentivos, seria como minar os alicerces do progresso econômico e do empreendedorismo. Desnecessário dizer que, as tentativas de controlar direta ou indiretamente a distribuição da propriedade têm efeitos nocivos que se opõe àqueles da abolição da propriedade privada.

Na realidade, os regimes socialistas chegaram a algum lugar entre os dois extremos. Eles não quiseram abolir totalmente os incentivos e não quiseram

38. Citado em: *Ecocide in the USSR*, por Murray Feshbach e Alfred Friendly (London: Aurum Press, 1992), p. 49.

39. *Ibid.*, p. 50.

40. *An Enquiry into the Principles of Morals*, secção III, *Of Justice*, parte II. Texto derivado da edição de 1777; edição eletrônica publicada pela: *The University of Adelaide Library* (eBooks@Adelaide); <http://etext.library.adelaide.edu.au/h/hume/david/h92pm/h92pm.zip> .

abandonar a igualdade. Eles coletivizaram e centralizaram todos os meios de produção nas mãos do Estado, sem consultar as pessoas afetadas e infringindo os direitos durante este processo.

Eles, assim, asseguraram que o empreendedorismo não pudesse se desenvolver, como aconteceu no Oeste, nos países não socialistas.

Vimos aqui, algumas vantagens da propriedade privada, como estabelecidas na primeira parte deste estudo. Estas vantagens, não se aplicam as "posses" no sentido de Proudhon, quando aponta ao termo de bens sem a devida propriedade. No modelo socialista, nós nunca saberíamos quando um objeto teria seu uso restringido ou quando seria tomado. Esta situação desestimula investimentos e não é possível enxergar a vontade das pessoas em aumentar o valor das coisas que possuem.

Bibliografia básica sobre propriedade

ALCHIAN, Armen A. *Property Rights - The Concise Encyclopedia of Economics*.
<http://www.econlib.org/library/Enc/PropertyRights.html>.

BHELL, Tom. *The Noblest Triumph - Property and Prosperity through the Ages*,
New York: St Martin's Press, 1998.

DE SOTO, Hernando. *The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the
West and Fails Everywhere Else*, London: Bantam Press, 2000.

International Property Rights Index - 2009 Report, direção de: Anne Chandima
Dedigama, Washington DC: *Property Rights Alliance*, 2009.

HARDIN, Garrett. *Tragedy of the Commons*. Em: *The Concise Encyclopedia of
Economics*, publicado online por: The Liberty Fund, Inc., (Library of
Economics and Liberty, [http://www.econlib.org/library/Enc/Tragedyofthe
Commons.html](http://www.econlib.org/library/Enc/TragedyoftheCommons.html)).

KINSELLA, Stephan. *Against Intellectual Property*, Washington: Auburn,
Alabama: *Ludwig von Mises Institute*, 2008.

PIPES, Richard. *Property and Freedom*, New York: Alfred A Knopf, Inc., 1999.

THIERER, Adam e CREWS, Clyde Wayne (coord.). *Copy Fights: The Future of
Intellectual Property in the Information Age*, Washington: *Cato Institute*,
2002.

